

Sofia Aguiar Gomes

A VIOLÊNCIA ARMADA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: refletindo sobre os principais impactos no acesso à Educação de jovens periféricos

Rio de Janeiro

2023

Sofia Aguiar Gomes

A VIOLÊNCIA ARMADA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: refletindo sobre os principais impactos no acesso à Educação de jovens periféricos

Monografia apresentada à Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio – Fundação Oswaldo Cruz (EPSJV-Fiocruz) como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Análises Clínicas.

Orientador: Marcello de Moura Coutinho.

Rio de Janeiro

2023

Sofia Aguiar Gomes

A VIOLÊNCIA ARMADA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO: refletindo sobre os principais impactos no acesso à Educação de jovens periféricos

Monografia apresentada como requisito parcial para aprovação no Curso Técnico em Análises Clínicas.

Aprovada em __/__/__.

BANCA EXAMINADORA

Marcello de Moura Coutinho (Orientador)
EPSJV/FIOCRUZ

Marcus Vinícius Monteiro Pedroza Machado
EPSJV/FIOCRUZ

Renata Rufino Amaro
EPSJV/FIOCRUZ

Rio de Janeiro

2023

Dedico este trabalho à minha querida professora Ana Beatriz Veloso (in memoriam) que me ensinou os valores da educação com muito amor e carinho.

AGRADECIMENTOS

Foi um processo desafiador, agora que chegou ao fim, olho para trás e percebo o quanto foi importante para meu amadurecimento pessoal e como uma estudante. Um sentimento de dever cumprido. Agradeço a Deus por ter me dado forças até aqui, por ter sido meu alívio ao longo dos dias de angústia.

Tiveram dias que a vontade era de desistir, mas foi nos braços da minha mãe, Andréa Aguiar, que eu encontrei a calma e os melhores conselhos para continuar a jornada. Mesmo nossas agendas não batendo, e sem conseguir nos ver, ela fazia questão de deixar mensagens de apoio. Obrigada, mãe por me ensinar a ‘voar’. Obrigada por ser meu porto seguro!

Agradeço ao meu pai, Sebastião Gomes, que ao longo de toda a minha formação não poupava esforços para que meus dias fossem mais confortáveis, dentro do possível. Obrigada por confiar, acreditar e investir no meu futuro.

À toda a minha família, meu muito obrigada! Márcia Aguiar, Julyanne Aguiar (Jhudi), Vitalina Aguiar, Lucas Marcelino, Márcio Aguiar, Eliana Ramos, Andréa Castro, Samella Ozom, Elisângela Ramos, Gabrielly Oliveira. Suas palavras, orações e tempo de qualidade foram de grande importância ao longo dessa caminhada.

Aos meus amigos, obrigada pela paciência! Obrigada pela compreensão! Obrigada por me apoiarem e entenderem a grandiosidade das responsabilidades que a politécnica exigia. Muitos ‘não ditos’ por mim aos convites feitos por vocês, foi pensando na construção do meu futuro, e eu sou grata por saber que apesar de tudo vocês estavam me apoiando na primeira fila. Julya Silva, Gabrielly Viroli, Luana Barbosa, Fernanda Sales. Eu amo vocês!

Aos meus companheiros/e amigos politécnicos, Natália de Mendonça, Emily Alves, Lucas de Aquino, Maria Eduarda Rangel, Julia Vitória e todo os alunos da turma de 2020 do Curso Técnico em Análises Clínicas, muito obrigada pelas risadas, pela troca de conhecimento, pelo apoio em dias ruins. Fico feliz em pensar que tudo o que passamos até aqui foi fundamental para o nosso crescimento, e foi ainda mais especial porque passamos por isso juntos. Estamos ligados não só por um marco na história, como a pandemia, mas estamos ligados pelo conhecimento, pelo sentimento de ‘ser Poli’- aquele que só quem já passou por essa instituição sabe bem como é.

Agradeço ao meu orientador Marcello Coutinho, que aceitou meu convite para me auxiliar nesse trabalho. Me apoiou nas minhas ideias, mas também me trouxe à realidade quando meus pensamentos iam para além do possível. Foi uma honra tê-lo como professor/orientador ao longo de dois anos de poli, obrigada por toda troca de conhecimento.

Agradeço também aos professores que compõem a minha banca avaliadora, Renata Amaro e Marcos Vinicius Pedroza, que carinhosamente aceitaram o convite para fazer parte deste momento crítico, porém muito especial para minha formação.

Foram 4 anos intensos, mas ter professores/pesquisadores como: Leandro Medrado, Tiago Savignon, Cleide Borges, Mônica Morito, Tainá Galdino, Fernanda Bottino e Flávio Paixão, me permitiu estar completamente apaixonada pela área da saúde. Muito obrigada por todo carinho e dedicação!

Aos professores que fazem parte da Formação Geral, obrigada por me ensinarem a pensar “fora da caixa”. Obrigada por terem estimulado meu senso crítico para assuntos de extrema relevância para a discussão da sociedade.

Não poderia deixar de agradecer a todos aqueles que contribuíram ao longo da minha formação acadêmica desde o primeiro dia na pré-escola. Em especial, aos professores da Escola Municipal Professora Leocádia Torres, onde cumpri todos os anos da minha formação do Ensino Fundamental. Vocês me ensinaram a importância e o poder que a educação tem na vida de uma pessoa. Educação com afeto, amor, dedicação. Sou feliz em ter sido agraciada com profissionais tão dedicados, desde a direção escolar até as salas de aula.

Obrigada a todos os profissionais que conheci durante o período de estágio obrigatório no Laboratório de Hanseníase. Dividir meus últimos dias nessa instituição tão maravilhosa com vocês foi incrível! Risadas, conselhos, apoio, e novas experiências tornaram o ano de 2023 ainda mais especial! Obrigada equipe LAHAM e ASA!

Por fim, obrigada FIOCRUZ por me apresentar o mundo da ciência. Foram 4 anos muito especiais, inclusive, pela bolsa de pesquisa, com o fim de auxiliar no meu estudo, ressaltando a importância do Programa de Iniciação Científica (PIC). Até breve!

A educação é a arma mais poderosa que você pode usar para mudar o mundo. (Nelson Mandela)

RESUMO

O presente estudo procurou demonstrar como os jovens periféricos sofrem com a falta de assistência do poder público dentro das comunidades, de modo que até seus direitos já previstos pela Constituição Federal de 1988, não são respeitados. Objetivou-se, de forma geral, refletir sobre os principais impactos da violência armada no estado do Rio de Janeiro, no que diz respeito ao acesso à educação de jovens periféricos. E, mais especificamente, discutir como a vivência em uma realidade violenta, impacta na produção de existência de jovens periféricos; problematizar o contraditório papel do Estado em relação às políticas de educação e (in)segurança pública implementadas em comunidades periféricas do estado do Rio de Janeiro; e, identificar os principais impactos da violência armada no estado do Rio de Janeiro, no que diz respeito ao acesso à educação de jovens periféricos. A proposta metodológica está baseada em uma abordagem qualitativa e utilizou como estratégia de pesquisa, o levantamento bibliográfico, por meio da busca nas bases de dados SciELO, PePSIC e Google Acadêmico. Para tanto, foram adotados os seguintes descritores: “Violência Armada”; “Jovens periféricos”; “Acesso à Educação”; “Políticas Públicas”. Para um entendimento acerca do que é ser um jovem periférico, foi utilizado o livro: “Fala galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro”, organizado por Minayo e outros colaboradores (1999). E, para uma compreensão para além do senso comum da violência armada no estado do Rio de Janeiro, o artigo de Fernandes (2013): “Vítimas ou autores? Percepção sobre a juventude e o tráfico em um conjunto de favelas ‘pacificadas’ no Rio de Janeiro”. De acordo com os achados da pesquisa, até o presente momento é possível afirmar, que a violência armada é um grande obstáculo para que o jovem periférico consiga frequentar a escola e concluir a sua formação.

Palavras-chave: Violência armada. Estado do Rio de Janeiro. Acesso à Educação. Jovens periféricos.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	09
CAPÍTULO 1 – DISCUTINDO A VIVÊNCIA EM UMA REALIDADE VIOLENTA E O IMPACTO NA PRODUÇÃO DE EXISTÊNCIA DE JOVENS PERIFÉRICOS.....	15
CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E (IN)SEGURANÇA PÚBLICA EM PERIFERIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO.....	21
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	27
REFERÊNCIAS.....	29

INTRODUÇÃO

Tratar da violência armada na cidade do Rio de Janeiro na contemporaneidade significa, em grande medida, refletir sobre a realidade de milhares de jovens cariocas. Isto porque, a violência armada influencia a vida de moradores de comunidades periféricas de forma significativa, uma vez que, na cidade, a porcentagem de moradores periféricos chega aos 25%, ou seja, aproximadamente 1,4 milhões de pessoas, de acordo com dados Censo Populacional, realizado em 2010, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE (IBGE, 2012).

Portanto, cerca de um terço da população total da cidade do Rio de Janeiro não é contemplada adequadamente pelas políticas públicas em todos os níveis (municipal, estadual e federal), tendo os seus direitos negados frequentemente, inclusive, com aval da Justiça.

Sendo assim, garantir cidadania à população, isto é, uma construção coletiva, na qual se tenha a participação de todos os membros de uma determinada sociedade em suas decisões, a garantia de direitos e deveres iguais, sem privilégios de uns sobre os outros, é um processo que tem por dever e principal mediador, o Estado, o qual deve assegurar a fiscalização para que a sociedade seja efetivamente democrática.

Entretanto, podemos observar uma falha nesse sistema onde a população favelada e periférica mesmo sendo a grande massa carioca, não é contemplada com direitos básicos já previstos na Constituição Brasileira. Como falar de cidadania estamos falando a respeito da qualidade em ser cidadão, fica claro que os regimes adotados pelo Estado faltam com a ética e deveres a essa parte da sociedade (MINAYO et. al. 1999).

Sendo assim, diante dessa breve caracterização acerca dos direitos básicos e das responsabilidades do Estado brasileiro, é possível afirmar que na Constituição Federal de 1988, é dever do poder público garantir: educação; saúde; alimentação; trabalho; moradia; transporte; lazer; segurança; previdência social; proteção à maternidade, à infância e à assistência aos desamparados.

Com efeito, Tilton e D’Agostini (2020) postulam que, a educação é o primeiro passo a se pensar para que aconteça uma mudança no quadro da pobreza. Então, permitir o acesso de jovens ao conhecimento é garantir novos cenários educacionais, renovação da legislação e uma articulação

de instituições existentes, com o objetivo de manter a sociedade em constante avanço. No entanto, o processo de aprendizagem ocorre de forma improficiente, em grande parte da sociedade brasileira, devido à pobreza e as limitações sociais e econômicas encontradas pelos jovens e moradores das regiões periféricas.

Nesse sentido, para Tilton e D'Agostini (2020, p. 9): “Ao trazer a educação como elemento chave para o combate à pobreza, os jovens também se tornam alvo prioritário das políticas compensatórias focalizadas de alívio à pobreza como estratégia de segurança.”.

Portanto, a baixa renda é um fator que impacta negativamente nas condições de sobrevivência, levando muitos jovens a encontrarem “soluções” possíveis e imediatas de trabalho e renda para conciliarem com os estudos. E, o trabalho que muitos jovens periféricos encontram, na realidade, chega como um convite do “mercado” do tráfico de drogas. Vale ressaltar, que num primeiro momento da sua vida, têm pouca experiência profissional, fato que estimula ainda mais que conquistem a confiança dos “recrutadores” do narcotráfico.

Não obstante, para além da condição financeira vivenciada pela família desses jovens é possível identificar a dificuldade na inserção do mercado de trabalho capitalista legal, o que para muitos jovens é causa de apreensão pois sua realidade financeira exige uma atitude de urgência para garantir a sobrevivência deles e de suas famílias, fazendo com que o convite oferecido pelo “mercado do tráfico” seja uma opção.

Para esses jovens, fazer parte do sistema ilegal na grande maioria não se trata de um estranhamento. Isso se dá pelo fato de muitos outros integrantes do narcotráfico serem conhecidos, vizinhos e colegas que cresceram com esses jovens vendo o mesmo ciclo de desigualdade e com o mesmo sentimento de apreensão/exclusão do mundo ideal apresentado pela grande mídia.

E, apesar de serem receosos ao aceitar o convite, por seus companheiros já fazerem parte dessa organização e apresentarem uma mudança social, ainda que seja de uma forma inadequada socialmente, eles aceitam para que possam enxergar uma mudança da sua realidade. O fato de crescerem assistindo a um “círculo vicioso” de desfavorecimento, corrupção praticada por policiais militares e traficantes de drogas faz parecer, em certa medida, que tais fenômenos são “normais”, o que prejudica sensivelmente a possibilidade de melhoria de vida nessas

comunidades.

De todo modo, muitos jovens por conta da vivência cotidiana extrema, acabam achando “melhor” serem as “pedras nos sapatos” do Estado, procurando seguir um senso singular de fazer “justiça com as próprias mãos”, acreditando a “lei do tráfico” é a “verdade” para a vida deles (MINAYO et al., 1999).

A falta ou insuficiência de políticas públicas, com exceção do “braço armado” do Estado, atreladas às tentativas de combate ao narcotráfico nas comunidades provoca uma tensão entre as duas esferas que estão no “comando” das regiões periféricas, o Estado e o seu “poder paralelo”, ou seja, o tráfico de drogas. Mais uma vez, o desinteresse do Estado em cuidar das gerações mais jovens pertencentes à classe menos favorecida, influencia diretamente nos conflitos armados nas periferias.

Dentro das comunidades cariocas é iminente o número de armamentos utilizados pelo tráfico de drogas. Segundo Neto (1994), esse arsenal coloca os traficantes em situação de semelhança ao poder bélico das armas de curta distância das Forças Armadas, com isso, o cenário em que os moradores periféricos estão inseridos é de fato um cenário de “guerra”, uma situação de extrema vulnerabilidade social.

Com efeito, os jovens periféricos se encontram em uma situação de reféns perante os dois poderes. Para tanto, Fefferman (2013), afirma que:

A ausência e a ineficácia do Estado de cumprir o seu dever cria um vácuo em que tanto o lado corruptível do Estado quanto a organização do crime se entrelaçam, o que pode produzir uma ambiência de terror. O substrato dessa relação é econômico, é a garantia do poder. O Estado, desta maneira, utiliza-se da prerrogativa do uso legítimo da violência para reforçar organizações que facultam a manutenção ou a expansão deste poder (FEFFERMANN, 2013, p. 59).

Estes jovens fazem parte do grupo social que mais sofre com a violência armada, bem como com a falta de estrutura familiar, educacional e financeira necessárias para a sua formação, no âmbito da sociedade, o que lhes deixa ainda mais vulneráveis à “sedução” para ofertarem a sua

força de trabalho (mão de obra) ao narcotráfico, o que em caso de abdução, faz com que desperdicem, um grande potencial, enquanto trabalhadores.

Por outro lado, há os que mesmo com todo o “aparato de sedução” do narcotráfico, conseguem resistir e se manter estudando, apesar das dificuldades supracitadas. Santos (2015), exemplifica dessa forma:

[...] para manterem a linearidade no percurso escolar, equalizam trabalho, qualificação imediata e projeto futuro. As matrículas desse público começam a aumentar e mais jovens chegam aos estabelecimentos formais de ensino. Rapazes e moças ingressam no Ensino Médio com práticas quotidianas diversas, influenciadas pelos meios de sociabilidade que circulam nos períodos extraclases (SANTOS, 2015, p. 2).

Contudo, os jovens periféricos inseridos no mercado do tráfico encontram nessa forma de trabalho informal, um modo se sentir pertencente a um grupo social de destaque em seus territórios. O “poder paralelo” dentro das periferias exerce uma imagem de “autoridade” perante os moradores, o que pode gerar nos jovens uma admiração, isso se dá pelo fato de que observam como por meio do estilo de vida do narcotraficante, se torna possível ascender socialmente.

A partir dessa contextualização o projeto buscou apresentar as desmotivações encontradas por jovens moradores de comunidades periféricas do estado do Rio de Janeiro para dar continuidade aos seus estudos, tendo como um objetivo geral refletir sobre os principais impactos que a violência armada no estado do Rio de Janeiro pode impactar no acesso à educação de jovens periféricos.

Entende-se que o presente estudo traz uma temática que pode contribuir no entendimento do abandono do Estado brasileiro, no que diz respeito ao jovens periféricos, os quais estão inseridos em um contexto de baixa renda, sofrendo junto com as suas famílias, com a violência armada dentro das comunidades em que residem. Então, dar continuidade aos estudos deixa de ser uma opção prioritária, acabando em grande parte das vezes, buscando o narcotráfico, enquanto uma maneira de obter oportunidade de ascensão social.

Com efeito, uma motivação para o desenvolvimento do tema da pesquisa, partiu de uma percepção da autora, durante uma conversa com jovens periféricos, na qual trouxeram falas com teor desmotivador em relação aos estudos, quando questionados sobre os planos para o futuro. Esses jovens mostraram que diante da realidade violenta e da vulnerabilidade social vivenciada seria “impossível” darem continuidade aos estudos, tendo em vista que a prioridade máxima é garantir, minimamente, a sua própria sobrevivência.

Outra motivação relevante, foi o interesse em compreender, a partir de um olhar mais sensível, como a condição de baixa renda e a corrupção do Estado impactam na produção de existência desses jovens, dificultando ou até mesmo impedindo que consigam avançar nas etapas de suas vidas, no sentido de tentarem mudar a realidade pessoal e familiar.

Além disso, houve o interesse em compreender como o Estado é contraditório em relação às políticas públicas de educação e, como este passa uma falsa ideia de segurança pública, visto o que é de fato, praticado nas comunidades periféricas do estado do Rio de Janeiro. Sendo assim, promovem atos violentos numa tentativa falha de retomada do controle territorial das comunidades periféricas.

Objetivou-se, de forma geral, refletir sobre os principais impactos da violência armada no estado do Rio de Janeiro, no que diz respeito ao acesso à educação de jovens periféricos. E, mais especificamente, discutir como a vivência em uma realidade violenta, impacta na produção de existência de jovens periféricos; problematizar o contraditório papel do Estado em relação às políticas de educação e (in)segurança pública implementadas em comunidades periféricas do estado do Rio de Janeiro; e, identificar os principais impactos da violência armada no estado do Rio de Janeiro, no que diz respeito ao acesso à educação de jovens periféricos.

A proposta metodológica está baseada em uma abordagem qualitativa e utilizou como estratégia de pesquisa, o levantamento bibliográfico, por meio da busca nas bases de dados SciELO, PePSIC e Google Acadêmico. Para tanto, foram adotados os seguintes descritores: “Violência Armada”; “Jovens periféricos”; “Acesso à Educação”; “Políticas Públicas”. Com vistas a um entendimento acerca do que é ser um jovem periférico foi utilizado, inicialmente, o livro: “Fala galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro”, organizado por Minayo e outros colaboradores (1999). E, para uma compreensão para além do senso comum da violência

armada no estado do Rio de Janeiro, o artigo de Fernandes (2013): “Vítimas ou autores? Percepção sobre a juventude e o tráfico em um conjunto de favelas ‘pacificadas’ no Rio de Janeiro”.

Diante do exposto na presente monografia se procurou responder à seguinte questão norteadora: ***“A percepção de que ‘não gostam de estudar’ ou ‘criminosos’ vinculada frequentemente aos jovens e periféricos, no que diz respeito à motivação para a inserção no narcotráfico pode ser caracterizada como estereótipos presentes na sociedade brasileira?”***.

CAPÍTULO 1 – DISCUTINDO A VIVÊNCIA EM UMA REALIDADE VIOLENTA E O IMPACTO NA PRODUÇÃO DE EXISTÊNCIA DE JOVENS PERIFÉRICOS

Para Durkheim (2007, p. 3), há na sociedade, uma série de ações que se fazem necessárias para explicar as condutas de um ser humano, sendo elas: “maneira de agir, de pensar e de sentir exteriores ao indivíduo, e que são dotadas de um poder de coerção em virtude do qual esses fatores se impõem”.

Portanto, se entende que existe uma série de recursos para um jovem se tornar um cidadão adulto responsável. Neste caso, o convívio de jovens periféricos com a violência armada impacta na sua formação pessoal de maneira além da social, mas também econômica. Por outro lado, o contato com a violência também faz parte do cotidiano de qualquer jovem de classe média e alta, explicitando que não é exclusividade de jovens, moradores de comunidades periféricas. Logo, para efeito da presente proposta de pesquisa é necessário entender o contexto social, no qual esses jovens periféricos pobres estão inseridos.

A capital carioca possui níveis de desigualdade social em constante crescimento. É possível acompanhar esse crescimento junto à taxa de homicídios estaduais nas últimas décadas. Em grande parte, as vítimas dessa violência são jovens que não concluíram todos os níveis de escolaridade e que não tiveram acesso à uma qualificação profissional, sendo grande parte deles negros e pobres. (MACHADO, 2019).

Vale ressaltar, que são atribuídos aos jovens moradores de regiões periféricas, diversos estereótipos, tais como: “violentos”, “agressivos” e “perigosos”. Sendo essa uma resposta às resistências que demonstram em relação às formas de controle e extermínio das forças de (in)segurança pública estaduais, às quais os qualificam como uma espécie de “alerta vermelho”.

Contudo, muitos desses jovens não fazem parte dos “esquemas” ilegais que ocorrem dentro dessas regiões, apesar de serem “lançados” nesse meio, desde o seu primeiro momento de vida, sendo direcionados por circunstâncias não desejadas *a priori* (SANTOS, 2015).

De acordo com estudo realizado por Feffermann (2013), a estrutura de organização do tráfico de drogas ocorre por meio de códigos de conduta, conquista de territórios e organizações hierárquicas, sendo que todas essas descrições possuem algo em comum com o fato de que esses

jovens procuram para serem cidadãos respeitados. O que é agravado em razão do Estado, além de não garantir políticas públicas efetivas para esta população, infringe os seus direitos básicos, negando-lhes acesso à cultura, educação e lazer; e, por outro lado, promove frequentemente operações policiais nas regiões periféricas.

O fato de o Estado promover operações policiais nas comunidades gera uma problemática social, porque, apesar de uma parcela de jovens não seguirem as oportunidades do “mercado de trabalho do tráfico de drogas”, ainda há outros jovens que buscam fugir da onda de desemprego provocada pelo processo acelerado da “globalização” que acabam aceitando os convites de trabalho no referido “mercado”. Isto é, estes jovens que deveriam estar estudando e se qualificando profissionalmente, passam a partir de tal ação de sobrevivência, a representar as “pedras no sapato” do Estado. Com isso, acabam ficando na mira das armas dos chamados “agentes da paz”.

Nesta pesquisa, o termo “mercado de trabalho do tráfico de drogas” foi considerado devido à sua semelhança estrutural com o mercado capitalista legal, isso porque seus trabalhadores são divididos hierarquicamente, são explorados em todas as etapas de produção, e todos os processos sofrem com a dominação e ordens de acordo com a condições sociais reproduzidas pela sociedade, porém ainda há o agravante da força de trabalho pode custar a vida do próprio indivíduo (FEFFERMANN, 2013).

De fato, o tráfico de drogas é um problema vivenciado pelos moradores de regiões periféricas, entretanto, fica implícito a todos que, o Estado enxerga nesse mercado ilegal, possibilidades de manter o capital em movimento.

Por sua vez, Oliveira (2003) apud Sousa e Groppo (2012) destaca essa relação entre o capitalismo legal e o dinheiro conquistado por meio de ações ilegais: “a história está a nos mostrar cotidianamente que o capitalismo ‘honrado’ e ‘civilizado’ e o mafioso nunca andaram muito longe, e um aprendeu com outro, e frequentemente se retroalimentam”.

De modo geral, é necessário haver um mercado ilegal, para que seja acobertada, de certo modo, a corrupção praticada por governantes e “empresários” do narcotráfico, no que diz respeito aos negócios do Estado.

Não obstante, para alguns autores¹, mesmo de forma controversa, tal fenômeno é nomeado como “Narco-Estado”, ou seja, o narcotráfico recebe a proteção do Estado, o qual em tese, deveria estar protegendo a população das ações criminosas. Mas é o narcotráfico, por meio da imposição e violência que muitas vezes “coloca ordem” nas comunidades periféricas.

Com efeito, o Estado precisa “mascarar” todo esse contexto, utilizando a sua força armada, por meio de operações policiais para tentar conter o avanço do narcotráfico, sob pena de perder completamente o controle dos referidos territórios.

Foi pensando assim que, em 2008 durante o mandato do ex-governador Sérgio Cabral foi inaugurada a então Companhia de Polícia Pacificadora no estado do Rio de Janeiro, a qual posteriormente passou a se chamar Unidade de Polícia Pacificadora (UPP).

O projeto foi idealizado a fim promover a pacificação das comunidades cariocas, tendo sido criado pelo Decreto Estadual n. 42.787, de 06 de janeiro de 2011, o qual descreve os seguintes objetivos: “a consolidar o controle estatal sobre comunidades sob forte influência da criminalidade ostensivamente armada; b. devolver à população local a paz e a tranqüilidade públicas necessárias ao exercício da cidadania plena que garanta o desenvolvimento tanto social quanto econômico” (LEITE, 2012 apud POSTIGO, 2014).

De fato, a sua primeira missão não era acabar com o narcotráfico, pois isso não seria possível com as políticas e policiais locais, apenas seria praticável, a desestabilização do “poder paralelo”. “Enfraquecê-lo, especialmente através de prisões, apreensões de drogas e armas e da “fuga” de seus principais líderes” (FERNANDES, 2013, p. 375).

Para promover a ação do que seria a “missão de paz” estadual foi então, criado um plano tático para que as UPP fossem instaladas nas periferias contendo quatro etapas, quais sejam: I. Intervenção tática; II. Estabilização; III. Implantação das UPP e IV. Avaliação e monitoramento.

Entendia-se que após a conclusão do referido plano tático, seria possível assegurar uma força-tarefa estadual para retomar o controle das regiões periféricas, no sentido de promover políticas

¹ Destacam-se Santos (2019) em seu artigo – “A Recolonização da Guiné-Bissau por Meio das Representações Negativas Realizadas pelos Organismos Internacionais de Desenvolvimento de “Estado Frágil” a “Narco-Estado”; e, Vasconcelos et al. (2022), no artigo – “Guiné-Bissau, um “Narco-Estado”?: questionamentos ao conceito”.

públicas, segundo previsto na Constituição Federal de 1988.

Dessa forma, a implementação de mais escolas e creches nas referidas áreas seria possível, pois estes territórios estariam “seguros”, graças à presença de policiais como representantes do Estado para a garantia da lei e da “ordem”. E, de acordo com Henrique e Ramos (2011):

Com a ampliação dos serviços e a consequente melhoria das condições de vida nas favelas, o contexto de discrepância entre estas e o resto da cidade seria reduzido. Dessa forma, com a redução da vulnerabilidade experimentada pela ausência do Estado em suas múltiplas formas, o ambiente propício à dominação por grupos traficantes deixaria de existir, visto que as comunidades se tornariam mais assistidas e fortalecidas. Somente assim a “pacificação” poderia ser completa (HENRIQUES e RAMOS, 2011, apud FERNANDES, 2013).

Portanto, para que fosse possível garantir a “pacificação” das comunidades periféricas, surgiu por meio de políticos e moradores, a necessidade de criação de projetos sociais, para que esses jovens pudessem mudar as suas perspectivas de vida. Porém, com essa tentativa de controle das regiões, o Estado se mostrou totalmente disposto a fornecer a força bélica necessária para as operações.

Não obstante, o grande problema é o de que esses recursos destinados para que houve a “paz”, foi o responsável por causar a morte de milhares de pessoas, dentre elas, jovens que ofertavam a sua mão de obra ao tráfico.

Quando questionado acerca dessas mortes, o Estado se omite a fim de que sua imagem não seja prejudicada ainda mais diante da mídia e dos moradores. Exemplo desse feito foi o que aconteceu em 2010 na operação promovida no Complexo do Alemão, onde foram destinados 2600 agentes, além de blindados da marinha, veículos do BOPE e helicópteros. Essa operação resultou na morte de 37 pessoas, sendo elas jovens, inocentes e ‘soldados’ do poder paralelo (POSTIGO, 2004).

Alguns moradores relatam que ainda houve mais mortes que não foram contabilizadas nas estatísticas. Quando questionado a respeito do rastro de sangue deixado após a operação o

Estado mais uma vez por meio de responsáveis do Instituto Médico Legal (IML) se escondeu alegando que tais informações seriam “peças de investigação e não serão divulgados”, deixando os moradores com diversas dúvidas e até mesmo mostrando a irrelevância que essas vítimas possuem para o poder público.

A tentativa de instauração de projetos sociais nas comunidades como solução pós-intervenções táticas é recebida com uma certa resistência por esses jovens, até porque diante do que foi considerada ‘missões de sucesso’ foi totalmente contraditório e até de certa forma uma hipocrisia do Estado levar discursos de que combateram a violência armada nas comunidades.

Na visão de alguns moradores das comunidades do Andaraí e Grajaú - ambas participantes dos mapas de instauração de UPPs -; e, para a grande mídia esses jovens estão sendo rebeldes em apresentar resistência e não confiar nos policiais militares (FERNANDES, 2013).

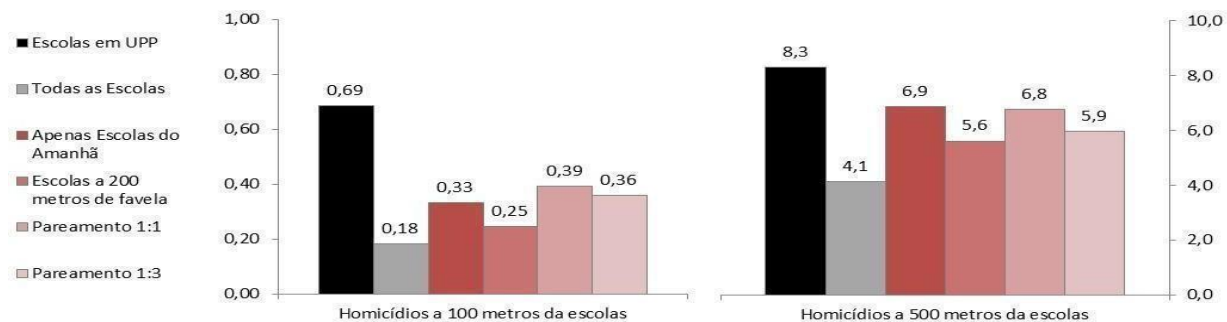
Com isso são colocados em posição de vilões e de responsáveis pela violência e a perpetuidade do tráfico de drogas dentro das comunidades. Para que o sucesso das UPPs fosse completo necessariamente deveria ocorrer a redução nas taxas de homicídios e a regressão da violência armada para que então escolas e creches fossem implementadas nas regiões periféricas.

No entanto, uma pesquisa feita pelo doutorando da Universidade Estadual do Rio de Janeiro, Eduardo Ribeiro em sua tese “Violência armada e educação no Rio de Janeiro: impactos educacionais das Unidades de Polícia Pacificadora”, demonstra que as taxas de homicídios em um raio de 100 a 500 metros de distância de escolas próximas a Unidades de Polícia Pacificadora são maiores quando comparadas a outras escolas que não são assistidas pelo programa. E, para Silva (2015):

As escolas nos territórios que receberam UPPs possuem entorno mais violentos, registrando, em média, 0,69 homicídios num raio de 100 metros da escola (contra 0,18 homicídios registrados para todas as escolas); e 8,3 homicídios dentro de um raio de 500 metros das escolas – para o conjunto das escolas esta estatística diminui pela metade, 4,1 homicídios em 500 metros (SILVA, 2015, p. 234).

Com o intuito de ilustrar a afirmação de Silva (2015), é a apresentado o **Gráfico 1 – Número Médio de Homicídios a 100 Metros e 500 metros das escolas. Escolas em UPP e grupos de controle dos desenhos avaliativos (2007)**, abaixo.

GRÁFICO 1 – NÚMERO MÉDIO DE HOMICÍDIOS A 100 METROS E 500 METROS DAS ESCOLAS. ESCOLAS EM UPP E GRUPOS DE CONTROLE DOS DESENHOS AVALIATIVOS (2007)



Fonte: IBGE (2007), extraído de Silva (2015).

Apesar de ter apresentado níveis que comprovem o aumento da violência armada e homicídios nas comunidades, há moradores que enxergam nas UPPs um sinal de esperança e uma maneira de se sentir assistido pelo poder público. De acordo com Musumeci (2017), citado por Ribeiro e Vilarouca (2018):

[...] Partimos do pressuposto de que o desejo de continuidade dessa política pública significa que os moradores fazem um balanço favorável das UPPs, o que implica também a atribuição de algum grau de legitimidade a essa modalidade de policiamento. Não significa necessariamente que os entrevistados aceitem a prática da pacificação plenamente, posto que existem resistências, críticas e queixas (MUSUMECI, 2017 apud RIBEIRO e VILAROUCA, 2018, p. 1164).

CAPÍTULO 2 – POLÍTICAS PÚBLICAS DE EDUCAÇÃO E (IN)SEGURANÇA PÚBLICA EM PERIFERIAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Apesar das UPPs terem sido um programa implementado para que houvesse uma retomada de controle das comunidades periféricas, há uma problemática dentro do sistema público que interfere em vários fatores na administração do estado, a corrupção. Neste caso, a corrupção dentro do sistema de segurança do Rio de Janeiro impacta no gerenciamento da polícia.

O termo corrupção possui diversas definições “Ação ou efeito de corromper, de adulterar o conteúdo original de algo; Ação ou resultado de subornar, de oferecer dinheiro a uma ou várias pessoas, buscando obter algo em benefício próprio ou em nome de uma outra pessoa; suborno; Utilização de recursos que, para ter acesso a informações confidenciais, podem ser usados em benefício próprio; Alteração das propriedades originais de alguma coisa: corrupção de um livro; Ação de decompor ou deteriorar; putrefação: corrupção das frutas; Desvirtuamento de hábitos; devassidão de costumes; devassidão” (DICIO, 2019).

Podemos descrever as ações policiais e do poder público do Rio de Janeiro como violadores dos deveres com a população a fim de obter benefícios próprios. Sendo o fenômeno principal, o qual um funcionário público é levado a ter ações fora dos padrões do sistema, para então obter recompensas favorecendo seu interesse particular (PASQUINO, 2004).

Corrupção é uma ação que não é uma particularidade do sistema político do Rio de Janeiro, é algo que está relacionado a qualquer sistema no mundo. Porém, os parâmetros a qual ela se torna um problema é o enfraquecimento da fiscalização desses sistemas. E, para Gilman (2007):

É preciso deixar claro que corrupção existe em todos os países. O que vai determinar se ela será grande ou pequena é, acima de tudo, a capacidade de os governantes desenvolverem mecanismos para prevenir ao máximo o problema, criando um ambiente desfavorável para o crime. É preciso também garantir que, se as pessoas forem corruptas, elas serão pegadas e punidas de fato (GILMAN, 2007, p. 11-12).

Com um certo resquício histórico das políticas ditatoriais, o sistema de segurança permanece sustentado na ideia de extermínio do que está sendo contraditório às leis criadas a priori. Porém, devido a essa escassa tentativa de ampliar suas estratégias para o combate na violência armada, desigualdade social e o narcotráfico, com o passar das décadas o sistema passou a não ter a fiscalização necessária para que contemplasse de forma igualitária todos os cidadãos. Entende-se que a polícia militar precisa de estratégias que vão além de promover apenas “operações de guerra” contra o narcotráfico

No entanto, promover novos sistemas para que o poder paralelo possa ser derrubado de forma que a ação tática não seja a única intervenção, possibilitaria uma maior chance de fiscalização das ações desses policiais colocando-os de maneira transparente, de forma que o rastreamento de suas ações fosse possível para a que assim ocorresse a derrubada desse sistema. De acordo com Ribeiro (2004):

A disseminação das novas tecnologias não só pode ter um efetivo alcance no sentido de viabilizar – e melhorar – a necessária transparência dos serviços públicos e a troca de informações entre entidades e especialistas em todo o mundo, como também para enriquecer os conhecimentos sobre as causas da corrupção, suas diversas modalidades e as formas de combatê-la (RIBEIRO, 2004, p. 133).

Com efeito, uma decisão do Supremo Tribunal Federal (STF), em 2023, exemplifica esse temor em relação ao avanço de novas tecnologias. O ministro Edson Fachin determinou que as forças policiais consideradas de “elite”, ou seja, BOPE², CORE³ e CHOQUE⁴, a usarem como parte de seu fardamento, câmeras em seus uniformes, a fim de que pudesse ocorrer uma fiscalização acerca das “intervenções táticas” nas comunidades periféricas.

Por outro lado, o atual governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, no início do ano demonstrou resistência alegando que iria “até o fim”, para que essa medida fosse revogada. Porém, o ministro não voltou atrás em sua decisão.

² Batalhão de Operações Especiais.

³ Coordenadoria de Recursos Especiais.

⁴ Comando de Policiamento de Choque.

Casos como os do ajudante de pedreiro Amarildo de Souza que em 2010 foi vítima letal de uma ação dos policiais da UPP, e do Paulo Roberto, um jovem de 18 anos que em 2013 foi abordado por policiais na comunidade de Manguinhos, localizada na zona norte do Rio de Janeiro poderiam ser evitados se houvesse uma mudança nas ações táticas desses policiais e se a fiscalização das abordagens fossem feitas da forma correta.

O discurso implementado por políticos a respeito do direito à segurança é pertinente a todo momento, se reafirmando para que o Estado possa encobrir sua falha no campo econômico e social. Isso porque as políticas sociais e as garantias de melhoria trazida em discursos para a candidatura são quebrados após a sedução da corrupção.

Parte dos problemas e falhas encontradas no sistema de segurança do Rio de Janeiro são consequências de envolvimento e até de certa forma associação de policiais ao poder paralelo dentro das comunidades (SILVA, 2015).

Apesar da preocupação em obter a retomada do controle das comunidades e enfraquecer o “poder paralelo”, em 2009 houve uma denúncia do Ministério da Educação⁵ (MEC) sobre o não repasse de verbas ao Fundo de Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) onde o Rio de Janeiro deixou de repassar o equivalente a 29 milhões, considerado 0,7% do valor total arrecadado pela organização. Além da precarização das fiscalizações acerca das esferas de (in)segurança pública, é possível uma observação sobre o desfalque educacional causado pela falta de segurança dentro das comunidades cariocas.

A importância de manter uma linearidade no percurso escolar é necessária, pois garantir educação é um grande passo para que o quadro da pobreza seja revertido, e posteriormente uma mudança no quadro da desigualdade social. No entanto, para que o poder público entre nas comunidades para instaurar seu sistema ele provoca confrontos contra traficantes que por sua

⁵ MEC descobre desvio de R\$1,2 bilhão em verbas para educação básica. G1, 2010 Disponível em: <https://www.google.com/url?q=https://g1.globo.com/educacao/noticia/2010/05/mec-descobre-desvio-de-r-12-bilhao-em-verbas-para-educacao.html%23%3A%3Atext%3DEm%25202009%252C%252021%2520estados%2520deixaram.da%2520rede%2520p%2520de%2520ensino&sa=D&source=docs&ust=1699239341838865&usg=AOvVaw3T_7RDxFTA0kjIRZngzVrf>.

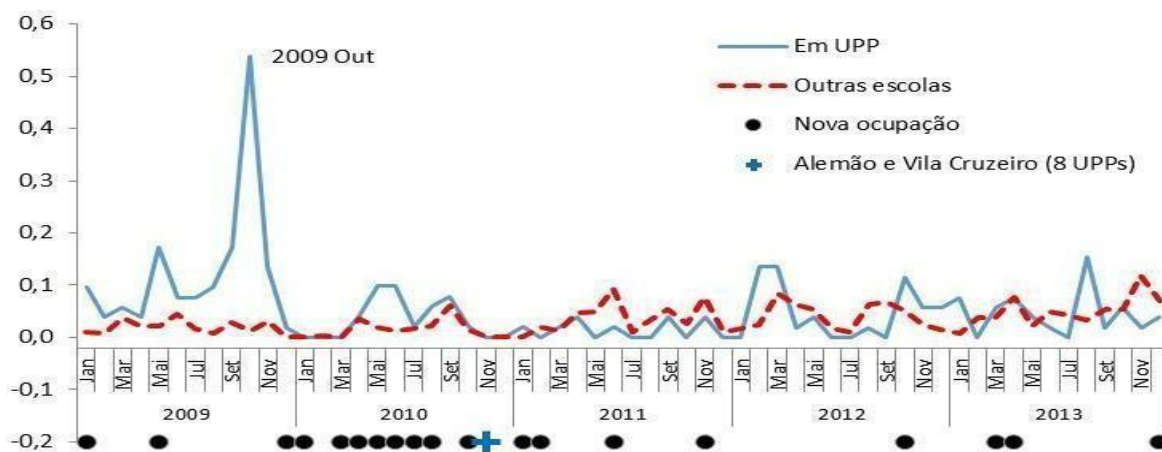
vez, gera um ambiente instável e inseguro para que os jovens possam ir até as escolas.

O Gráfico a seguir, trata da passagem do tempo em relação ao número médio de dias de ausência, segregado em sequências históricas de instituições situadas dentro ou fora dos limites dos territórios protegidos pela UPP.

Com efeito, é apresentada a progressão dos dias perdidos mensalmente, com duas linhas demarcando os dados.

De acordo com Silva (2015), a linha contínua representa o número médio de dias perdidos por mês para escolas que foram impactadas por uma UPP em algum momento, enquanto a linha tracejada corresponde à média de todas as escolas que nunca encontraram uma UPP durante o período observado de 2009 a 2013, conforme o **Gráfico 2 – Evolução do número médio mensal de dias de aula perdidos por conta da violência segundo a presença da escola em territórios na circunscrição de UPPs (2009 e 2013)**, a seguir.

Gráfico 2 – Evolução do número médio mensal de dias de aula perdidos por conta da violência segundo a presença da escola em territórios na circunscrição de UPPs (2009 e 2013)



Fonte: CGG/SME ([s/d]).

Observa-se que durante o período de instauração das UPPs, houve um elevado número de dias perdidos devido a violência que aconteciam no exterior das escolas que estavam na rota de ação dos policiais. Tal resultado já era esperado, devido às ações antecedentes que resultaram em confrontos armados entre a polícia (civil, militar) e os traficantes (“poder paralelo”).

Com base nos dados de 2010, podemos analisar que ocorreu uma inversão no gráfico, onde escolas que eram assistidas pelas UPPs passam a obter maior número de funcionamento escolar se comparada às escolas que não fazem parte do programa, indicando que a violência dentro das comunidades periféricas foi reduzido a partir da intervenção do poder público. E então, a partir de 2012 após a estabilidade, houve o crescimento em ambas as esferas mostrando a semelhança entre a extensão dos territórios (SIIVA, 2015).

Apesar de ter ocorrido uma redução nos níveis de violência nos territórios escolares após a instauração de UPPs, e o número de aulas perdidas ter reduzido significativamente, houve uma evasão dos estudantes nas salas de aula, o motivo segundo Rosiska Darcy de Oliveira (presidente executiva da Rio Como Vamos⁶), em entrevista para o portal de notícias G1, para que esses alunos não estivessem frequentando a escola, seria a falta de infraestrutura nas salas de aulas e laboratórios. Desse modo, ela também afirma que:

São vários os fatores que afastam os jovens da escola. Isso varia conforme o lugar. Há várias hipóteses para isso, como o crime recrutando os adolescentes, a falta de professores, a precária estrutura das escolas e escolas longe de casa, por exemplo (THUM, 2010).

Com essa baixa de frequência dos estudantes, por mais que a implementação de UPPs tenha reduzido os níveis de violência, esse projeto não trouxe o retorno esperado pelo Estado. Uma análise de Butelli (2012) revelou que entre os anos de 2010-2011, houve uma mudança nas notas entre os estudantes da 2^a a 6^a séries, por meio de avaliações bimestrais. Porém, estes resultados apresentados, demonstram que a implementação das vinte primeiras unidades, não teve impactos relevantes no aumento das notas desses estudantes.

⁶ Organização não-governamental criada em 2007 que teria como foco de atuação, o desenvolvimento de ações e estratégias com vistas à melhoria de vida no município do Rio de Janeiro.

Com efeito, o acesso à Educação é primordial para que esses jovens possam entender que eles possuem outras formas para desenvolverem suas vidas sem que pensem de imediato nas opções oferecidas pelo narcotráfico. Portanto, a escola deveria ser a principal forma de proteção do Estado a esses novos cidadãos, é nela que poderão garantir que esses jovens serão assistidos por programas sociais e estarão seguros da fome e da violência que os cercam.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa poderá contribuir para a compreensão de certos empecilhos que causam a desistência e não continuidade por parte de jovens periféricos dos seus estudos, pois a partir das discussões levantadas o leitor poderá refletir e ter uma nova concepção do que é a realidade de um jovem morador das comunidades periféricas do Rio de Janeiro.

A autora buscou trazer um esclarecimento não só a ela, mas também ao leitor que o número de abandono e não continuidade dos estudos por parte desses jovens, não se trata apenas de uma questão de desinteresse.

A inserção ao narcotráfico vai muito além do que antes era a interpretação da autora. Sendo assim, a mudança de pensamento que aconteceu a partir da sua formação politécnica, um aprendizado que infelizmente não pode ser contemplado por todos os jovens. Deseja-se que essa discussão a respeito da temática vá muito além deste projeto e que possa ser combatida.

A violência armada está presente no Rio de Janeiro de forma cotidiana, seja ofertada pelos poderes paralelos que disputam territórios com o poder público, seja com as polícias de elite tentando combater a criminalidade dentro do Estado.

No entanto, essa realidade conturbada impacta diretamente no funcionamento das instâncias públicas, neste caso, as escolas. Um Estado que oferece tantos projetos, museus, festivais e teatro, ambos atrativos para públicos na faixa etária de jovens, nem sempre são ofertados a todas as classes sociais, sofrendo com o agravante da desigualdade social em todas as instâncias.

O desejo da autora é que outras pessoas possam ter uma mudança ao ler o projeto para fazer a correlação entre situações externas às escolas que influenciam seu funcionamento. Pois a discussão sobre o contraditório papel do Estado ao promover políticas públicas deve ser levada em consideração todas as vezes que for pensar em estratégias para combater o narcotráfico.

A partir da abordagem qualitativa, que utilizou estratégias de pesquisa como revisão literária sobre a temática da violência armada dentro das comunidades periféricas, foi possível obter resultados sobre a questão levantada. A pesquisa aponta para a ineficácia das políticas públicas nos territórios periféricos para que haja uma equidade no corpo social. Provou também, a forma como o Estado lida com os moradores das regiões periféricas.

Para a autora foi muito importante fazer esse levantamento dos dados acerca das condições de existências desses jovens como estudantes, e também necessário para que se reafirmasse e comprovasse a discussão levantada no corpo do trabalho. Além disso, que ficasse entendido que o descaso do poder público com esses moradores fosse o maior empecilho para a produção de existência desses jovens.

A falta de oportunidade para pensar além da sua realidade, vem do “não acreditar” que existe viver em um mundo para além da violência armada, do narcotráfico e da pobreza. Apesar de serem criados nesse cotidiano em que o narcotráfico e a própria violência os levam a não pensar em soluções externas a sua verdade.

Por fim, foi possível atingir o objetivo inicial, que foi refletir sobre os principais impactos da violência armada no estado do Rio de Janeiro, no que diz respeito ao acesso à educação de jovens moradores das regiões periféricas.

Conclui-se, que a ineficácia das políticas públicas dentro das comunidades é de certo modo, o principal motivo que levam jovens a não concluírem os seus estudos em razão de terem que assumir outros compromissos na vida.

REFERÊNCIAS

BARROS, M. Polícia e corrupção: elementos para a construção de políticas públicas. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, [S. l.], v. 2, n. 1, p. 120-132, 2012. DOI: 10.31060/rbsp.2008. Disponível em: <https://revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/30>. Acesso em: 03 nov. 2023.

BRASIL. SENADO FEDERAL. Constituição da República Federativa do Brasil. [Texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008]. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

BUTELLI, P. H. *O Impacto das UPPs sobre a Performance Escolar no RJ*. Dissertação (Mestrado em Economia). Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, Escola de Pós-Graduação em Economia, 2012. 49f.

DICIO – DICIONÁRIO ONLINE DE PORTUGUÊS. Corrupção. [Verbete]. Lexicógrafa responsável: Débora Ribeiro. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/corruptao/#:~:text=substantivo%20feminino%20A%C3%A7%C3%A3o%20ou%20efeito,de%20uma%20outra%20pessoa%3B%20suborno.>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

DURKHEIM, E. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. 3 ed.

FEFFERMANN, M. Reflexões sobre os jovens inseridos no tráfico de drogas: uma malha que os enreda. Florianópolis, *Saúde & Transformação Social*, v. 4, n. 2, p. 55-65, 2013. ISSN 2178-7085.

FERNANDES, R. B. *Vítimas ou autores? Percepção sobre a juventude e o tráfico em um conjunto de favelas “pacificadas” no Rio de Janeiro*. [versão eletrônica]. Rio de Janeiro, *Interseções*, v. 15 n. 2, p. 374-391, dez., 2013.

GILMAN, S. Corrupção tem remédio... *Veja*, São Paulo, edição 2019, ano 40, n. 30, p. 11-14, 01 ago., 2007.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. *Censo Brasileiro de 2010*.

LEGISWEB. *Decreto n. 42.787, de 06 janeiro de 2011*. Dispõe sobre a implantação, estrutura, atuação e funcionamento das Unidades de Polícia Pacificadora (UPP) no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências. Publicado no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro (DOERJ), Em 07 de janeiro de 2011. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?id=159573>>. Acesso em: 30 abr. 2023.

MINAYO, M. C. de S.; ASSIS, S. G. de; SOUZA, E. R. de; NJAINE, K.; DESLANDES, S. F. e Nascimento, R. e outros colaboradores. *Fala galera: juventude, violência e cidadania na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Garamond, 1999.

PORTAL G1 RJ. *Tropas de elite do Rj usarão câmeras no uniforme até dezembro, prevê governo*. 2023. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/07/05/tropas-de-elite-da-policia-do-rj-usarao-cameras-no-uniforme-ate-dezembro-preve-governo.ghtml>>. Acesso em: 11 nov. 2023

NETO, R. B. *Armas do tráfico igualam as do Exército na luta a curta distância*. Publicado em: 09 nov. 1994. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/11/19/caderno_especial/13.html>. Acesso em: 05 out. 2022.

OLIVEIRA, F. M. C. Dinâmica Global e Dinâmica Local: Tensões e contribuições. In: GOLDEMBERG, P, MARSIGLIA, RMG, GOMES, MHA (Orgs.). *O Clássico e o Novo. Tendências objetos e abordagens em ciências sociais e saúde*. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, p. 47-55, 2003.

POSTIGO, E. L. G. A construção social das favelas no Rio de Janeiro (Brasil) como territórios de violência. *URVIO - Revista Latinoamericana de Estudios de Seguridad*, n. 15, dez., p.113-125, 2014.

RIBEIRO, A. S. M. *Corrupção e controle na administração pública brasileira*. São Paulo: Atlas, 2004.

RIBEIRO, L.; VILAROUCA, M. “Ruim com ela, pior sem ela”: o desejo de continuidade das UPPs para além das Olimpíadas. Rio de Janeiro. *Rev. Adm. Pública*, v. 52, n. 6, nov-dez., p. 1155-1177, 2018. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0034-761220170288>>. Acesso em: 24 out. 2023.

SANTOS, J. S. dos. *Jovens de Favela e Ensino Médio: trajetórias diversas*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Educação – Mestrado PPGEduc, Centro de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2015. 194p.

SANTOS, M. do C. R. da C. F. dos. A Recolonização da Guiné-Bissau por Meio das Representações Negativas Realizadas pelos Organismos Internacionais de Desenvolvimento de “Estado Frágil” a “Narco-Estado”. *Revista Desenvolvimento em Questão*, Editora Unijuí, ano 17, n. 47, abr.-jun., p. 156-178, 2019. ISSN 2237-6453.

SILVA, E. R. *Violência armada e educação no Rio de Janeiro: impactos educacionais das Unidades de Polícia Pacificadora*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2015. 479f.

SOUSA, J. T. P.; GROPPPO, L. A. *Dilema e Contestações das Juventudes no Brasil e no Mundo*. Florianópolis: Editoria Em Debate, 2011.

THUM, T. *Educação é o principal problema do RJ, avalia ONG*. Publicado em: 09 dez. 2010. Disponível em: <<https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2010/12/educacao-e-o-principal-problema-do-rj-avalia-ong.html>>. Acesso em: 20 mar. 2023.

TITON, M; D'AGOSTINI, A. Juventude e pobreza: a educação e as políticas públicas sob o ideário do Banco Mundial no contexto do aumento das desigualdades sociais. Florianópolis, *Perspectiva - Revista do Centro de Ciências da Educação*, vol., 38, n. 3, p. 01-23, jul.-set., 2020. <http://dx.doi.org/10.5007/2175-95X.2020.e61865>.

VASCONCELOS, F. T. R.; SILVA, W. L. S.; CORREIA, N. G.; GOMES, N. Guiné-Bissau, um “Narco-Estado”? : questionamentos ao conceito. *Tensões Mundiais*, Fortaleza, v. 17, n. 18, p. 243-270, 2022.